

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.001/2025

UASG 459322

Processo nº 31.00631139/2025-56

- **OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMUNS EM UNIDADES DE SAÚDE, NAS CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, DETALHADOS NO PROJETO BÁSICO DE LICITAÇÃO, COMPREENDENDO A COLETA PORTA A PORTA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONTÊINERES DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD); A COLETA DE RESÍDUOS COMUNS EM UNIDADES DE SAÚDE; A COLETA DE REJEITOS EM GALPÕES DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS; A COLETA SELETIVA PONTO A PONTO AUTOMATIZADA; AS CAMPANHAS INFORMATIVAS E ORIENTATIVAS; O TRANSPORTE DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS COLETADOS PARA LOCAIS DE TRIAGEM E O TRANSPORTE DOS RESÍDUOS E REJEITOS COLETADOS PARA DISPOSIÇÃO FINAL NA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS (CTR) MACAÚBAS, LOCALIZADA NA RODOVIA MG-5, KM 8,1 – BAIRRO NAÇÕES UNIDAS – SABARÁ/MG, CONFORME CONDIÇÕES DISCRIMINADAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**
- **MODALIDADE:** CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO, AFERIDO DE FORMA GLOBAL POR LOTE.
- **REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
- **ORÇAMENTO ESTIMADO:** NÃO SIGILOSO.
- **DATA-BASE:** JANEIRO/2026.
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO.
- **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.
- **OBTENÇÃO DO EDITAL:** o Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para acesso dos interessados no site da PBH, no link licitações e editais (prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (pncp.gov.br).
- **CONSULTAS DE CARÁTER TÉCNICO OU LEGAL E IMPUGNAÇÕES:** conforme **item 5** deste Edital.
- **Recebimento das propostas exclusivamente por meio eletrônico:** até as 09h59min do dia 26/05/2026.
- **Abertura das propostas e sessão de lances em meio eletrônico:** a partir de 10h00min do dia 26/05/2026.
- **Recebimento dos documentos de habilitação:** apenas do Licitante vencedor, mediante convocação em meio eletrônico.
- **FONE:** (31) 3246-0742 / **E-MAIL:** licita.slu@pbh.gov.br.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- **Referência de tempo:** horário de Brasília.

ATENÇÃO: ESTA CONCORRÊNCIA SERÁ REALIZADA POR MEIO DO PORTAL COMPRAS.GOV.BR NO ENDEREÇO: www.gov.br/compras

SUMÁRIO

Edital

Anexo I	Termo de Referência da Licitação
	Apêndice I: Projeto Básico
	Apêndice II: Planilha de Orçamento
	Apêndice III: Cronograma Físico-Financeiro
	Apêndice IV: Memória de Cálculos dos BDI
	Apêndice V: Encargos Sociais
	Apêndice VI: Composição de Preços Unitários e auxiliares
	Apêndice VII: Administração Local
	Apêndice VIII: ART's Orçamento e Projeto Básico de Licitação
	Apêndice IX: Estudo Técnico Preliminar
Anexo II	Modelo de Proposta Comercial
Anexo III	Modelo de Declaração de Ciência das Condições Contidas no Edital de Licitação e de Inexistência Fatos Impeditivos para a Participação no Processo Licitatório
Anexo IV	Modelo de Declaração de “Elaboração Independente de Proposta”
Anexo V	Modelo de Declaração de que a Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação
Anexo VI	Modelo de Declaração em Cumprimento ao artigo 49-B, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte
Anexo VII	Modelo de Declaração em Cumprimento ao parágrafo 4º, do artigo 17, da Lei Municipal n.º 10.175/2011
Anexo VIII	Modelo de Declaração de disponibilidade de veículos, equipamentos e equipe técnica
Anexo IX	Modelo de Declaração que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores
Anexo X	Modelo de Declaração sobre reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Edital



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- | | |
|-------------------|---|
| Anexo XI | Modelo de Declaração que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos Direitos Trabalhistas |
| Anexo XII | Modelo de Declaração que o preço dos itens compreende todas despesas |
| Anexo XIII | Modelo de Declaração sobre implantação de Programa de Integridade |
| Anexo XIV | Minuta do Contrato |

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

1. DO PREÂMBULO

1.1. A **SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU** torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos das normas:

- **LEI FEDERAL Nº 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977** - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.
- **LEI FEDERAL Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981** – Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- **LEI FEDERAL Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990** – Dispõe sobre a proteção do Consumidor e dá outras providências.
- **LEI FEDERAL Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997** – Institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.
- **LEI FEDERAL Nº 10.233 DE 5 DE JUNHO DE 2001** – Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências.
- **LEI FEDERAL Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002** – Institui o Código Civil.
- **LEI FEDERAL Nº 11.445 DE 05 DE JANEIRO DE 2007** – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e outros.
- **LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010** – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e outros.
- **LEI FEDERAL Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020** – Atualiza o marco legal do saneamento básico e outros.
- **LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021** – Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- **DECRETO LEI Nº 5.452 DE 1º DE MAIO DE 1943** – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- **DECRETO FEDERAL Nº 3.048 DE 6 DE MAIO DE 1999** – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.
- **DECRETO FEDERAL Nº 7.217 DE 21 DE JUNHO DE 2010** – Regulamenta a Lei 11.445/2007 que estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.
- **DECRETO FEDERAL Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022** – Regulamenta a Lei nº.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- **PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978** – Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- **PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA Nº 4.101, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022** – Aprova a redação da Norma Regulamentadora nº 38 – Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.
- **NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SLU** – disponibilizado para consulta no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>
- **RESOLUÇÃO CAU Nº 091, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014** – Dispõe sobre o registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente a projetos, obras e demais serviços no âmbito da arquitetura e urbanismo e dá outras providências.
- **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307, DE 5 DE JULHO DE 2002** – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos Resíduos da Construção Civil.
- **RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 916, DE 28 DE MARÇO DE 2022** – Dispõe sobre a concessão de código de marca/modelo/versão, bem como sobre a permissão de modificações em veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- **RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023** – Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências.
- **ABNT NBR 12.980:1993** – Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.
- **ABNT NBR 13.463:1995** – Coleta de resíduos sólidos.
- **ABNT NBR 10.004-1:2004** – Parte 1: Requisitos de classificação.
- **ABNT NBR 10.004-2:2004** – Parte 2: Sistema Geral de Classificação de Resíduos (SGCR).
- **ABNT NBR 9.191:2025** – Sacos plásticos para acondicionamento de lixo - requisitos e métodos de ensaio.
- **ABNT NBR 13.230:2008** – Embalagens e acondicionamento plásticos recicláveis - identificação e simbologia.
- **LEI ESTADUAL Nº 18.031, DE 12 DE JANEIRO DE 2009** – Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.
- **PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS** – para consulta no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/slu/plano-municipal-de-residuos-solidos/introducao>.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- **LEI MUNICIPAL Nº 8.616, DE 14 DE JULHO DE 2003** – Código de Posturas do Município de Belo Horizonte e seus decretos regulamentadores.
- **LEI MUNICIPAL Nº 10.522, DE 25 DE AGOSTO DE 2012** – Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos de Construção Civil e Resíduos Volumosos.
- **LEI MUNICIPAL Nº 10.534, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012** – Dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município, e dá outras providências.
- **LEI MUNICIPAL Nº 10.936, DE 22 DE JUNHO DE 2016** – Dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa, à empresa de pequeno porte, ao microempreendedor individual e às sociedades cooperativas equiparadas nas contratações públicas no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.
- **LEI MUNICIPAL Nº 11.065, DE 1º DE AGOSTO DE 2017** – Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências.
- **LEI MUNICIPAL Nº 11.557, DE 26 DE JULHO DE 2023, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 18.609 DE 18 DE JANEIRO DE 2024** – Torna obrigatória a avaliação de integridade nas contratações públicas que menciona.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 10.710, DE 28 DE JUNHO DE 2001** – Dispõe sobre procedimentos administrativos de licitação e contratação e outras providências.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 11.245, DE 23 DE JANEIRO DE 2003** – Dispõe sobre o cadastro de pessoas jurídicas interessadas em contratar com a administração direta e indireta do município de Belo Horizonte e dá outras providências.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 13.757, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009** – Veda alterações contratuais que impliquem custos adicionais e dá outras providências.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 14.297, DE 02 DE MARÇO DE 2011** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 14.635, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011** – Institui o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 15.562, DE 14 DE MAIO DE 2014** – Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços terceirizados no âmbito da Administração Pública Municipal.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 16.361, DE 01 DE JULHO DE 2016** – Estabelece procedimentos para a alteração qualitativa e quantitativa de contratos da Adm. Pública municipal direta e indireta, pertinentes a obras e serviços de engenharia.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 16.535, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016** – Regulamenta o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas, no âmbito da Administração Pública Municipal.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- **DECRETO MUNICIPAL Nº 16.408, DE 29 DE AGOSTO DE 2016** – Dispõe sobre os procedimentos referentes ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP – e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 16.769, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017** – Dispõe sobre as atividades da Subcontroladoria de Auditoria no âmbito da administração direta e indireta de Belo Horizonte e dá outras providências.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 16.954, DE 2 DE AGOSTO DE 2018** – Regulamenta, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto 2013, a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública municipal.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 17.174, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019** – Aprova o Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 17.710, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021** – Estabelece exigências mínimas para a utilização de assinaturas eletrônicas em documentos e interações com o Poder Executivo municipal.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 17.813, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021** – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e para contratação de serviços em geral no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.096, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022** – Regulamenta a aplicação de sanções administrativas por infrações cometidas nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.272, DE 9 DE MARÇO DE 2023** – Dispõe acerca da retenção do Imposto de Renda incidente na fonte sobre valores pagos pelo Município de Belo Horizonte, suas autarquias e fundações, a pessoas jurídicas contratadas para o fornecimento de bens ou prestação de serviços.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.289, DE 28 DE MARÇO DE 2023** – Regulamenta a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras e dá outras providências.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.303, DE 19 DE ABRIL DE 2023** – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para contratação de obras e serviços de engenharia, bem como seus aditivos e dá outras providências.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.305, DE 20 DE ABRIL DE 2023** – Dispõe sobre as regras de atuação do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.324, DE 18 DE MAIO DE 2023** – Dispõe sobre as regras de atuação dos gestores e fiscais de contrato.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.337, DE 5 DE JUNHO DE 2023** – Institui a Política Municipal de Integridade Pública e dá outras providências.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.347, DE 22 DE JUNHO DE 2023** – Dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.361, DE 30 DE JUNHO DE 2023** – Dispõe sobre regras e diretrizes para a elaboração do Termo de Referência para contratações e aquisições de bens ou serviços no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 18.627, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024** – Regulamenta o disposto no inciso I do § 9º do art. 25 e no inciso III do art. 60 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional.
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 19.552, DE 16 DE ABRIL DE 2026** – Regulamenta, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo, o recolhimento, a manutenção, a utilização, a substituição e a devolução de garantias, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- **SÚMULA CTGM-PBH Nº 64** – Dispõe sobre a Contagem dos prazos mínimos nas licitações.
- Outras Normas técnicas e instrumentos legais pertinentes, complementadas pelas normas constantes neste Edital.

2. DO OBJETO

- 2.1.** O objeto da presente licitação é a seleção de empresas para a execução de serviços atinentes à coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas circunscrições administrativas de Belo Horizonte, consoante pormenorizado no projeto básico e condições discriminadas no edital e em seus documentos integrantes e indissociáveis.
- 2.2.** Os serviços precitados abrangem a coleta porta a porta de resíduos sólidos domiciliares; o fornecimento, instalação, limpeza, higienização e manutenção de contêineres de polietileno de alta densidade (PEAD); a coleta de resíduos comuns em unidades de saúde; a coleta de rejeitos em galpões de triagem de materiais recicláveis; a coleta seletiva ponto a ponto automatizada; as campanhas informativas e orientativas; o transporte dos materiais recicláveis coletados para locais de triagem e o transporte dos resíduos e rejeitos coletados para disposição final na Central de Tratamento de Resíduos (CTR) Macaúbas, localizada na Rodovia MG-5, km 8,1 – Bairro Nações Unidas – Sabará/MG.
- 2.3.** Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no compras.gov.br e as constantes neste instrumento, prevalecerão as últimas.
- 2.4.** O serviço objeto desta contratação foi parcelado em 03 (três) **LOTES**, na forma do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a saber:
 - LOTE 1** - Barreiro, Hipercentro, Centro-Sul e Oeste;
 - LOTE 2** – Leste, Nordeste e Noroeste;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

LOTE 3 – Norte, Pampulha e Venda Nova.

3. DO PREÇO DE REFERÊNCIA DO SERVIÇO

- 3.1.** O valor global estimado da contratação é de **R\$ 466.991.515,92** (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e noventa e um mil, quinhentos e quinze reais e noventa e dois centavos) por um período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme distribuição abaixo:
- 3.1.1. LOTE 1:** R\$ 206.382.252,60 (duzentos e seis milhões, trezentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos);
- 3.1.2. LOTE 2:** R\$ 128.238.793,40 (cento e vinte e oito milhões, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta centavos);
- 3.1.3. LOTE 3:** R\$ 132.370.469,92 (cento e trinta e dois milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos).
- 3.2.** Os valores indicados nos **subitens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3** são limitadores máximos das propostas das licitantes.
- 3.3.** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima dos valores indicados nos **subitens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3**.
- 3.4.** O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço global por lote, considerando o valor total da prestação dos serviços pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual.

4. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1.** As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ções) orçamentária(s):
- 2708.4501.17.512.228.2.538.0001.339039.62.1.500.000.0000 da Superintendência de Limpeza Urbana.
- 4.2.** A dotação orçamentária relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, observando o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 5.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, por meio do e-mail: licita.slu@pbh.gov.br ou por meio de carta protocolizada, até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de abertura do certame.
- 5.2.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital de licitação perante a Administração o interessado que não o fizer até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de abertura do certame.
- 5.3.** As respostas referentes às dúvidas e às impugnações, quando estas últimas não forem

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

acolhidas, serão disponibilizadas diretamente no sítio eletrônico www.pbh.gov.br, no link correspondente a esta licitação e no Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras podendo ser acessadas por todos os interessados.

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5.5. As respostas às impugnações, quando acolhidas, serão divulgadas no Diário Oficial do Município (DOM) e nos mesmos veículos em foi publicado o aviso desta licitação.

6. DA CLÁUSULA DE ADESAO

6.1. O protocolo da **Proposta** implica, independentemente de declaração expressa por parte da Licitante, a aceitação integral e irretratável dos termos deste **Edital**, seus anexos e instruções, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas, gerais ou especiais, aplicáveis. Obriga, ainda, à observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. **A MESMA LICITANTE PODERÁ APRESENTAR PROPOSTAS PARA OS 03 (TRÊS) LOTES. TODAVIA, UMA MESMA LICITANTE NÃO PODERÁ SAGRAR-SE VENCEDORA DE MAIS DE UM LOTE, CONSEQUENTEMENTE, A CONCORRENTE QUE OFERTAR O MENOR PREÇO NO LOTE I E, SE ESTIVER CONCORRENDO A OUTRO LOTE, SERÁ DESCONSIDERADA SUA PROPOSTA DOS DEMAIS LOTES QUE ESTIVER CONCORRENDO, E ASSIM SUCESSIVAMENTE.**

7.2. Serão admitidas a participar desta licitação as pessoas físicas e jurídicas:

7.2.1. que atendam às exigências deste **Edital** e seus anexos;

7.2.2. em consórcios que satisfaçam os requisitos previstos no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e os indicados a seguir:

7.2.2.1. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou de forma isolada.

7.2.2.2. Deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados que deverá discriminar a pessoa jurídica líder, que será responsável por sua representação perante a Administração e, ainda, estabelecer expressamente a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio na fase de licitação e na execução do contrato.

- Página 11 de 58

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 7.3.7. agente público deste órgão licitante e/ou do órgão contratante,
- 7.3.8. terceiro que tenha auxiliado na condução desta contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 7.3.9. pessoa jurídica que estiver sob falência decretada ou que se encontre em concurso de credores, dissolução ou liquidação; ou que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- 7.3.10. pessoa jurídica que possua objetivo social incompatível com a execução do objeto deste **Edital**.
- 7.3.11. enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
- 7.3.12. empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;
- 7.3.13. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 7.3.14. demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.
- 7.4. Como condição de verificação do atendimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, será efetuada consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.4.1. Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - SICAF;
 - 7.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis);
 - 7.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 7.4.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
 - 7.4.5. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU) <https://portal.datransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>;
- 7.5. O impedimento de que trata o **subitem 7.3.3** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

do licitante.

- 7.6. Constatada a existência de impedimento à participação durante a realização do certame, a Licitante será convocada para manifestação prévia a sua inabilitação no prazo de 2 (dois) dias úteis, admitida a prorrogação, a critério da Administração, mediante solicitação fundamentada.
- 7.7. **A observância das vedações do subitem 7.3 é de inteira responsabilidade da Licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às sanções cabíveis.**

8. DO SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL

- 8.1. A presente licitação se dará de forma eletrônica, por meio do sistema de compras do governo federal, através do site: gov.br/compras.
- 8.2. É responsabilidade do licitante providenciar credenciamento no sistema e garantir a atualização.
- 8.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema compras.gov.br provido pelo Departamento de Normas e Sistemas de Logística do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio do sítio eletrônico gov.br/compras.
- 8.4. O credenciamento do Licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) através do sítio eletrônico gov.br/compras.
- 8.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame, na forma eletrônica.
- 8.6. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Administração, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. A participação no certame ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da **Proposta**, no **valor GLOBAL por LOTE** dos serviços.
- 9.2. Após a divulgação do **Edital**, as Licitantes deverão encaminhar **Proposta** inicial com o valor **GLOBAL** do **LOTE** na Moeda **Real** até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** – www.gov.br/compras – quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 9.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 9.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 9.3.2. inexistem impedimentos à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- 9.3.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 9.3.4. manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
- 9.3.5. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 9.3.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 9.3.7. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- 9.4. A Licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.5. A falsidade da declaração de que trata o **subitem 9.3** sujeitará a Licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 18.096/22 e, ainda, neste Edital e em demais legislações pertinentes.
- 9.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.
- 9.7. A apresentação da **Proposta** implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste **Edital** e seus anexos.
- 9.8. Nos preços propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.
- 9.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 9.11. É de inteira responsabilidade da Licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento, objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 9.12. Conforme Lei Municipal nº 9.145/2006, ficam isentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - os serviços contratados pela Administração Pública Direta ou Indireta do Município, desde que seja descontado expressamente do valor do serviço constante do documento fiscal emitido o percentual referente à alíquota do imposto, que incidiria sobre a operação, se não fosse a isenção.
- 9.13. Para fins de aplicação da isenção de que trata o **subitem anterior**, as licitantes deverão fazer constar de suas propostas comerciais o valor do serviço sem se considerar a isenção do ISSQN, cujo valor respectivo deverá ser igualmente informado como desconto incondicionado a ser concedido no caso da contratação, conforme previsto no Decreto Municipal nº 12.332/2006.
- 9.14. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 9.15. Todos os dados informados pela Licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 9.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.17. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 9.18. Os preços unitários constantes na proposta serão analisados quando da avaliação da aceitabilidade da proposta, devendo ser considerado o valor referencial de mercado de cada item.
- 9.19. Os preços unitários dos itens constantes das propostas não podem exceder aos preços unitários estabelecidos no orçamento estimado da contratação.
- 9.20. Até a abertura da sessão, a Licitante poderá retirar ou substituir a **Proposta** anteriormente apresentada.

10. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 10.1. O licitante deverá comprovar, no ato de apresentação da proposta ajustada, o recolhimento da quantia referente à garantia de proposta, **a qual deverá ser efetuada previamente à data da sessão pública do certame**, conforme disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, **constituindo requisito indispensável para a fase de pré-habilitação.**

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 10.1.1.** A garantia de proposta corresponderá a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor estimado de cada Lote para o qual estiver concorrendo, conforme o disposto no art. 58, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art.96, nos seguintes termos:

DEMONSTRATIVO POR LOTES		
DISCRIMINAÇÃO POR LOTES	VALOR ESTIMADO POR LOTE	0,5% DO VALOR ESTIMADO POR LOTE
Lote 1 (Barreiro, Centro Sul, Hipercentro e Oeste)	R\$ 206.382.252,60	R\$ 1.031.911,26
Lote 2 (Leste, Nordeste e Noroeste)	R\$ 128.238.793,40	R\$ 641.193,97
Lote 3 (Norte, Pampulha e Venda Nova)	R\$ 132.370.469,92	R\$ 661.852,35

- 10.1.1.1.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- a.** Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente no Banco da Caixa Econômica Federal, Agência 0093, Operação 006 e Conta 00574445807-3;
- 10.1.1.2.** seguro-garantia;
- 10.1.1.3.** fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- 10.1.1.4.** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, comercializado pelas sociedades de capitalização regularmente autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.
- 10.1.2.** As licitantes reunidas em consórcio prestarão garantia de proposta através da sociedade empresária líder.
- 10.1.3.** O prazo mínimo de validade da garantia de proposta será de 100 (cem) dias, contados da data limite de entrega da proposta, observado o disposto no art. 8º do Decreto Municipal nº 19.552/2026, devendo ser compatível com a duração estimada da fase licitatória e não podendo ser inferior ao prazo de validade da proposta de que trata o **subitem 9.17 deste Edital**.
- 10.1.3.1.** Em razão da eventual impossibilidade de definição precisa dos prazos de tramitação desta licitação, o licitante fica obrigado a

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

renovar, reapresentar ou substituir a garantia da proposta sempre que solicitado pela SLU, nos termos do § 1º do art. 8º do Decreto Municipal nº 19.552/2026, sendo-lhe assegurada comunicação prévia para tanto.

- 10.1.3.2.** A não renovação, reapresentação ou substituição tempestiva da garantia de proposta, quando solicitada pela SLU, implicará a desclassificação do licitante ou a perda do direito à contratação, sem prejuízo da execução do valor originalmente garantido, nos termos do § 2º do art. 8º do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
- 10.1.4.** A garantia de proposta será devolvida aos Licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data da decisão que anular, revogar ou declarar fracassada, nos termos do art. 25 do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
- 10.1.4.1.** Quando prestada na modalidade caução em dinheiro, a devolução será realizada mediante depósito em conta bancária indicada pelo licitante, conforme art. 27 do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
- 10.1.5.** Implicará a execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, nos termos do parágrafo único do art. 1º e do art. 24, inciso I, do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
- 10.1.5.1.** Os licitantes e/ou adjudicatários, no âmbito das licitações da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, que descumprirem, total ou parcialmente, as obrigações estabelecidas em lei, no edital, estarão sujeitos à aplicação das sanções cabíveis, tais como advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, bem como à retenção e/ou perda da garantia da proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 10.1.6.** A não apresentação do comprovante do recolhimento pelo licitante ou o recolhimento em data posterior à abertura da sessão do certame acarretará na sua desclassificação.

11. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

- 11.1.** Os trabalhos serão conduzidos por Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no sistema eletrônico disponível no sítio www.gov.br/compras.
- 11.2.** A operacionalidade do Sistema eletrônico é de responsabilidade do Departamento de Normas e Sistemas de Logística do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, junto ao qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 11.3. A Licitante poderá consultar o manual do Fornecedor disponível no sítio eletrônico gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais.
- 11.4. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará pelo envio da **Proposta** exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 11.5. O encaminhamento da **Proposta** pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste **Edital**. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua **Proposta**.
- 11.6. Caberá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, pela Administração ou de sua desconexão.
- 11.7. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FASE DE LANCES

- 12.1. A abertura da sessão pública desta licitação, conduzida por Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste **Edital**, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.
- 12.2. O(a) Agente de Contratação verificará as **Propostas** apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste **Edital**.
- 12.3. A desclassificação da **Proposta** será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.
- 12.4. O sistema ordenará automaticamente as **Propostas** classificadas.
- 12.5. Classificadas as **Propostas**, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, quando, então, as Licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema, com valor correspondente ao **VALOR GLOBAL DO LOTE**.
- 12.5.1. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, vedada a desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de Contratação.
- 12.6. As Licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 12.6.1. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 12.6.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

recebido e registrado primeiro pelo Sistema;

- 12.6.3.** Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **VALOR GLOBAL da proposta**;
- 12.6.4.** Será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa aberta. São considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pela própria Licitante.
- 12.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.
- 12.8.** O modo de disputa adotado no presente certame é o aberto e será conduzido conforme operacionalização do sistema disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras.
- 12.9.** A etapa de lances, realizada na sessão pública, durará 10 (dez) minutos. Após, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 12.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 12.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 12.12.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 12.13.** Após o reinício previsto no **subitem supra**, as Licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 12.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.15.** Durante o transcurso da sessão pública, a Licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.
- 12.16.** Na sessão pública de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo Licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexecutável, este poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 12.17.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o(a) Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Agente de Contratação persistir por

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

- 12.19.** Encerrada a sessão pública de lances, o sistema divulgará o nome da Licitante detentora do menor valor.
- 12.20.** Nas licitações em que esteja configurado empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre as Licitantes empatadas, que poderão apresentar nova **Proposta** em ato contínuo à classificação.
- 12.21.** Mantido o empate após a disputa final de que trata o **subitem anterior**, as **Propostas** serão desempatadas por meio dos demais critérios estabelecidos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da **Proposta** do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 12.23.** O(a) Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 12.23.1.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 12.23.2.** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com as demais Licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste **Edital**.
- 12.23.3.** Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública que será anexada aos autos do processo de contratação.

13. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

- 13.1.** A Licitante classificada em 1º (primeiro) lugar deverá providenciar o envio da documentação relativa à **Proposta Comercial e à Habilitação** no prazo de **03 (três) dias úteis** contados a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários. Deverão ser anexados os seguintes documentos:
- 13.1.1.** *Carta de apresentação da Proposta Comercial* conforme **Anexo II deste Edital – Modelo de Proposta Comercial**;
- 13.1.2.** *Planilha de Orçamento* conforme modelo do **Apêndice II do Anexo I deste Edital**, em arquivo digital, em formato “PDF” e em formato Microsoft Excel, editável;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 13.1.2.1.** A licitante deverá guardar, sob pena de desclassificação, absoluta fidelidade com as planilhas integrantes do **Apêndice II do Anexo I deste Edital** no que se refere às descrições dos serviços e unidades assinadas pelos responsáveis técnicos pelo orçamento da licitante, **observado o disposto no item 5 do Apêndice I do Anexo I deste edital - projeto básico.**
- a.** Os **PREÇOS** propostos pela Licitante deverão ter no máximo 02 (duas) casas decimais. Caso o preço unitário seja inserido na planilha por meio de fórmula, deverá ser utilizada a função **ARRED(...)** do *Microsoft Excel*, limitando em 02 (duas) casas decimais, para eliminar as divergências de arredondamento.
- 13.1.3. detalhamento das Composições de Preços Unitários de TODOS** os itens constantes da(s) **Planilha(s) de Orçamento**, indicando os quantitativos de consumo de cada insumo que forma o custo unitário, em meio digital, em formato “PDF” e em formato *Microsoft Excel*, editável;
- 13.1.4. detalhamento de cálculo das leis sociais (Modelo Apêndice V do Anexo I deste Edital).**
- 13.1.4.1.** A Licitante deverá apresentar também, quando for o caso, o detalhamento dos encargos incidentes sobre a contratação de profissionais realizada por meio de contrato de execução de serviços ou por meio de outros vínculos que não o empregatício, considerando os encargos incidentes sobre a forma de contratação adotada.
- 13.1.4.2.** Em caso de divergência entre o percentual de encargos sociais adotado na composição do preço unitário constante da **Proposta** e o efetivamente dispendido pela Licitante, serão adotadas as orientações a seguir:
- a.** adoção de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- b.** Adoção de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido unilateralmente da planilha de preços unitários e haverá glosa dos valores, quando do pagamento, e/ou redução para fins de ressarcimento dos pagamentos indevidos.
- 13.1.5. detalhamento do cálculo das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), conforme Modelo Apêndice IV do Anexo I deste Edital;**
- 13.1.5.1.** Os impostos considerados de natureza direta e personalíssima, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL, não deverão ser incluídos no BDI (TCU, Súmula 254).

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 13.1.5.2.** Para fins de comprovação da alíquota PIS/COFINS lançada no BDI é necessária a apresentação da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (EFD-Contribuições) dos últimos 12 (doze) meses (janeiro/2025 a dezembro/2025).
- 13.1.5.3.** A entrega da documentação mencionada no item 13.1.5.2, relativa ao período de 12 meses, deverá conter, no mínimo, os seguintes documentos:
- a) Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições e
 - b) Registros Fiscais – Consolidação das operações por CST.
- 13.1.5.4.** Adicionalmente, a PROPONENTE deverá apresentar a "Demonstração de Resultado de Exercício - DRE" do último exercício social, com incidência de PIS = 0,65% e COFINS = 3% se estiver enquadrada no regime cumulativo, ou com incidências máximas de PIS = 1,65% e COFINS = 7,6%, se estiver no regime não cumulativo.
- 13.1.5.5.** Se a PROPONENTE estiver enquadrada no regime não cumulativo, não deve cotar os percentuais máximos de PIS e COFINS, mas aqueles que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos últimos doze meses, para tanto, é obrigada a apresentar a Escrituração Fiscal Digital - Contribuições, conforme **item 13.1.5.3**, utilizada para elaborar a declaração de que os percentuais de PIS e de COFINS cotados correspondem à média dos recolhimentos dos últimos doze meses.
- 13.1.6.** ***Cronograma Físico Financeiro Básico***, conforme modelo do **Apêndice III do Anexo I** deste Edital.
- 13.1.7.** **Declaração que está ciente das condições contidas neste Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação neles definidos e que inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital;**
- 13.1.8.** **Declaração sobre implantação do Programa de Integridade**, conforme modelo constante no **Anexo XIII** deste Edital;
- 13.1.9.** **Declaração de “Elaboração Independente de Proposta”**, em atendimento ao disposto no Decreto Municipal nº 14.297/2011, conforme modelo do **Anexo IV** deste Edital;
- 13.1.10.** **Declaração da Licitante**, assinada pelo seu representante legal, de **que apresentará, no ato da assinatura do Contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como de que disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe**

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, nos termos do **Anexo VIII do Edital**.

13.1.11. Declaração que no preço dos itens que compõem o objeto, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços, e quaisquer outras despesas pertinentes e necessárias e, ainda, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto, nos termos do **Anexo XII do Edital**.

13.1.12. Declaração expressa de que os percentuais de PIS e de COFINS cotados correspondem à média dos recolhimentos dos últimos 12 (doze) meses.

13.1.13. Declaração expressa de aceitação dos percentuais do cronograma físico-financeiro básico apresentado pela SLU neste **Edital**.

13.1.14. Comprovante de recolhimento de garantia de proposta, nos termos do **item 10 deste Edital**.

13.2. O prazo estipulado no **subitem 13.1** poderá ser prorrogado, quando solicitado pela Licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.3. Todos os preços constantes da proposta deverão ter como referência o mês de elaboração do **orçamento – janeiro de 2026**.

13.4. A documentação deverá ser formatada observando o cuidado com relação ao cabeçalho e rodapé, estes não podem interferir com as informações dos itens e valores da respectiva proposta comercial.

13.5. Todos os documentos exigidos **no item 13** servirão como subsídio para análise da exequibilidade das propostas.

13.6. A **Proposta** Comercial deverá referir-se a todos os itens e quantitativos previstos neste **Edital** e seus anexos.

13.7. O encaminhamento de **Proposta** pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste **Edital**. A licitante será responsável por todas as transações, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

13.8. Todos os dados informados pela licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

13.9. As **Propostas** não poderão impor condições ou conter opções.

13.10. Será desclassificada a **Proposta** que não atender às exigências previstas neste **Edital**, salvo se, inequivocamente, as falhas não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

13.11. Também será desclassificada a **Proposta** que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo(a) Agente de Contratação.

14. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 14.1.** O(a) Agente de Contratação verificará se a Licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 7 deste Edital**.
- 14.1.1.** A Licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por ausência de condição ou impedimento à participação no certame.
- 14.1.2.** Constatada a ausência de condições ou impedimentos à participação na licitação, a Licitante será reputada inabilitada.
- 14.2.** Verificadas as condições de participação, o(a) Agente de Contratação examinará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar.
- 14.3.** O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências deste **Edital**, seus anexos e o valor teto estimado.
- 14.3.1.** No certame serão analisados os preços unitários de cada item que compõem o **LOTE**, portanto, quando da avaliação da aceitabilidade da **Proposta** será considerado o valor referencial de mercado de cada item.
- 14.3.2.** Os preços unitários dos itens constantes das **Propostas** não podem exceder aos preços unitários estabelecidos no orçamento estimado da contratação - **Apêndice II do Anexo I deste Edital**.
- 14.4.** A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 14.5.** Será desclassificada a **Proposta** que:
- 14.5.1.** contenha vícios insanáveis;
- 14.5.2.** não obedeça às especificações técnicas previstas neste **Edital**;
- 14.5.3.** apresente preço inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;
- 14.5.4.** não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou
- 14.5.5.** apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do **Edital**, desde que insanável.
- 14.6.** O(a) Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das **Propostas** ou exigir das Licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no §2º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.7.** Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Nesta situação, será facultado à Licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua Proposta, demonstrando que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

a execução do objeto do contrato.

- 14.7.1.** A análise de exequibilidade da Proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na Proposta.
- 14.8.** É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da Proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação ou complementar a instrução do processo.
- 14.9.** A Licitante intimada para prestar qualquer esclarecimento adicional ou correção de impropriedades deverá fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Agente de Contratação, sob pena de desclassificação.
- 14.10.** O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua **Proposta**.
- 14.11.** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, disponível em tempo real para todas as Licitantes.
- 14.12.** Em caso de desclassificação da Proposta Comercial de menor preço proceder-se-á à análise da Proposta Comercial imediatamente mais vantajosa.

15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 15.1.** A Licitante classificada em primeiro lugar, deverá providenciar o envio da **Documentação de Habilitação**, juntamente com os documentos da **Proposta Comercial**, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, os seguintes documentos:

15.2. Habilitação Jurídica:

- 15.2.1.** registro comercial na Junta Comercial competente, no caso de empresa individual;
- 15.2.2.** ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- 15.2.3.** documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- 15.2.4.** ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 15.2.5.** decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

15.2.6. caso ocorra a participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos de **Habilitação Jurídica** de cada um dos consorciados, bem como **Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio**, conforme disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 15.3.1.** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- 15.3.2.** prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 15.3.3.** prova de regularidade para a Fazenda Federal, por meio de certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, negativa ou positiva com efeito de negativa.
- 15.3.4.** prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do Licitante, por meio de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.
- 15.3.5.** prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante, por meio de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.
- 15.3.6.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação de certidão específica, negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos da legislação aplicável.
- 15.3.7.** prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) vigente.
- 15.3.8.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.
- 15.3.9.** caso ocorra à participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos de Regularidade Fiscal, social e Trabalhista de cada um dos consorciados.

15.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- 15.4.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira da Licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - 15.4.1.1.** As empresas com menos de um ano de existência devem apresentar Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante ou no órgão de registro equivalente.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 15.4.1.2.** As empresas com mais de um e menos de dois anos de existência devem apresentar a documentação exigida neste item relativas ao último exercício social exigível.
- 15.4.1.3.** Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais, assim apresentados:
- a.** Publicados em Diário Oficial; ou
 - b.** Publicados em Jornal; ou
 - c.** Devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou
 - d.** Na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.
- 15.4.1.4.** Os balanços patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e demonstrações contábeis dos resultados dos últimos exercícios sociais deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 15.4.2.** Cálculo do Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Endividamento (IE), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, sendo considerado habilitada a Licitante que apresentar nos 2 (dois) últimos exercícios sociais:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \geq 1,00$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00 \text{ e}$$

$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo NÃO Circulante}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,60$$

- 15.4.3.** Na hipótese de não atendimento de quaisquer dos índices econômico-financeiros exigidos no **subitem 15.4.2**, será admitida, alternativamente, a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio da prova de patrimônio líquido mínimo correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, considerado o valor de cada Lote para o qual a licitante estiver concorrendo.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

DEMONSTRATIVO POR LOTES		
DISCRIMINAÇÃO POR LOTES	VALOR ESTIMADO POR LOTE	5% DO VALOR ESTIMADO POR LOTE
Lote 1 (Barreiro, Centro Sul, Hipercentro e Oeste)	R\$ 206.382.252,60	R\$ 10.319.112,63
Lote 2 (Leste, Nordeste e Noroeste)	R\$ 128.238.793,40	R\$ 6.411.939,67
Lote 3 (Norte, Pampulha e Venda Nova)	R\$ 132.370.469,92	R\$ 6.618.523,50

15.4.3.1. Para fins da comprovação alternativa tratada no **subitem 15.4.3**, o **patrimônio líquido mínimo será apurado exclusivamente com base no balanço patrimonial do último exercício social exigível**, nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4.3.2. Será exigido do consórcio, para fins da comprovação alternativa tratada no **subitem 15.4.3**, acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido dos licitantes individuais, nos termos do disposto no §1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4.3.3. Quando em consórcio, a comprovação a que se refere **os subitens 15.4.3 e 15.4.3.2** poderá ser efetuada por meio do somatório dos quantitativos de cada promitente consorciante, conforme preconiza o art. 15, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4.3.4. O acréscimo previsto no **subitem 15.4.3.2** não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de beneficiários da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

15.4.4. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da Licitante.

15.4.4.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve a Licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

15.4.5. Caso ocorra a participação de consórcios de empresas, deverão ser apresentados os documentos exigidos neste item de cada um dos consorciados

15.5. Qualificação Técnica:

15.5.1. Comprovante de inscrição da empresa (Certidão de registro ou comprovante de inscrição) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em ramo de atividade compatível

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

com o objeto desta licitação.

15.5.2. Comprovação pela empresa de possuir em quadro permanente, na data prevista para o julgamento, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com apresentação do atestado(s) e acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico CAT(s) emitido(s) pelo CREA ou CAU, comprovando a experiência do(s) profissional(is) na execução de coleta domiciliar de resíduos sólidos urbanos, compreendendo, no mínimo, o serviço de coleta domiciliar com caminhão compactador.

15.5.3. Comprovação da capacidade operacional da empresa, por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante executou, em um contrato ou mais, diretamente, serviços objeto desta licitação, onde conste a execução do serviço abaixo relacionado:

15.5.3.1. Coleta domiciliar com caminhão compactador, nas quantidades igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais mensais previstos para cada Lote, já calculados abaixo:

a. LOTE 1: comprovação de 11.323 t/mês (onze mil, trezentos e vinte e três toneladas por mês) de coleta domiciliar com caminhão compactador.

b. LOTE 2: comprovação de 8.214 t/mês (oito mil, duzentos e quatorze toneladas por mês) de coleta domiciliar com caminhão compactador.

c. LOTE 3: comprovação de 8.408 t/mês (oito mil, quatrocentos e oito toneladas por mês) de coleta domiciliar com caminhão compactador.

15.5.3.2. Caso os atestados previstos no **subitem 15.5.3.1** contenham o total executado, sem discriminar o quantitativo mensal, será considerada a média de serviço prestado no período do atestado.

15.5.4. Só serão aceitos atestados de comprovação da capacidade operacional referenciados em unidade de massa (quilos ou toneladas), visto que as densidades dos resíduos apresentam variações não só em função do tipo, como também das condições físicas em que se encontram, e que o levantamento da quantidade em volume pode apresentar variações, por exemplo, considerando-se coroamento ou não. Por esses motivos, não serão aceitos atestados com quantidades expressas em volume.

15.5.5. A comprovação de inclusão no Quadro Permanente, a qual se refere o **subitem 15.5.2**, deverá ser realizada pela apresentação de:

- a. cópia do Contrato de Trabalho do profissional, ou
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- c. cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade,
 - d. por meio de contrato de execução de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no cartório competente e/ou na entidade profissional competente, conforme preconizam o art. 1º, da Lei Federal nº 6.496/1977 e o art. 45, da Lei Federal nº 12.378/2010.
 - e. ou, ainda, por declaração expressa de disponibilidade do(s) profissional(s) quando da assinatura do contrato.
- 15.5.5.1.** O(s) profissional(s) indicado(s) pela Licitante em sua documentação de habilitação, nos termos do **subitem 15.5.2**, deverá(ão) ser o(s) responsável(s) técnico(s) pela execução dos serviços, nos termos do art. 67, §6º da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela SLU.
- 15.5.6.** Será aceita a soma de atestados para fins de comprovação da execução dos quantitativos mínimos exigidos no **subitem 15.5.3.1**, desde que prestados de forma concomitante.
- 15.5.7.** Quando em consórcio, a comprovação a que se refere **o subitem 15.5.3** poderá ser efetuada por meio do somatório dos quantitativos de cada promitente consorciante, observado o disposto no **subitem 15.5.6**, conforme preconiza o inciso III. do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.5.8.** Para fins de atendimentos dos **subitens 15.5.2** e **15.5.3** serão aceitos atestados que atendam as formalidades expressas nos incisos I e II do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.5.9.** A licitante disponibilizará, se solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados e dos quantitativos informados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e local em que foram prestados os serviços.
- 15.5.10.** Os atestados e/ou certidões deverão estar emitidos em papéis timbrados ou deverão conter carimbo do CNPJ ou outra informação que permita a devida identificação do seu emitente.
- 15.5.11.** Não serão aceitos atestados e/ou certidões de responsabilidade ou capacidade técnica emitidos pelo próprio Licitante.
- 15.5.12.** Em caso de apresentação de atestado e/ou certidão de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual o licitante tenha feito parte, se o atestado não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, deverá ser apresentado o instrumento de constituição do Consórcio demonstrando o percentual de participação de cada consorciado, hipótese em

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

que serão aplicados os critérios previstos no §10 do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021 para fins de cômputo da qualificação técnica.

15.6. Declarações:

- 15.6.1. Declaração** que atende aos **requisitos de habilitação**, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo do **Anexo III** deste Edital.
- 15.6.2. Declaração** que a **proposta apresentada foi elaborada de maneira independente** e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante desta Licitação, potencial, ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, conforme modelo **Anexo IV** do Edital.
- 15.6.3. Declaração** que a Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o **cumprimento das obrigações objeto da licitação**, conforme modelo do **Anexo V** deste Edital.
- 15.6.4. Declaração** que a empresa **não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre**, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo do **Anexo IX** deste Edital.
- 15.6.5. Declaração** que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo do **Anexo X** deste Edital.
- 15.6.6. Declaração** que suas **propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas** assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme modelo do **Anexo XI** deste Edital.
- 15.7.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída, no que couber, pelo registro cadastral ou documentação constante no SUCAF, CAGEF ou SICAF.
- 15.8.** Na hipótese da Licitante vencedora ser considerada inabilitada, serão requeridos e analisados a Proposta e os documentos de habilitação do Licitante subsequente, por ordem de classificação, nos mesmos termos e prazos especificados neste Edital, até que se obtenha uma Licitante habilitada.
- 15.9.** O prazo estipulado no **subitem 15.1** poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

Administração.

- 15.10.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

16. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO (HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL) COMPATÍVEIS COM AQUELES INSERIDOS NO SISTEMA

- 16.1.** Os documentos exigidos neste **Edital** no **item 13** e seus subitens (**Proposta Comercial**) e no **item 15** e seus subitens (**Documentos de Habilitação**) serão acessados pelo(a) Agente de Contratação no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

- 16.1.1.** Os documentos para os quais for necessária nova emissão em razão de diligência, deverão ser encaminhados pela Licitante para o e-mail licita.slu@pbh.gov.br e terão sua versão final, atualizada, inserida pelo(a) Agente de Contratação no processo de licitação nº 31.00631139/2025-56.

- 16.2.** Todos os documentos deverão ser apresentados em seus originais ou cópias.

- 16.3.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser solicitada em caso de dúvida quanto à autenticidade de documento e poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 16.3.1.** Neste caso, a documentação deverá ser encaminhada em envelope fechado para o endereço Rua Sergipe, nº 64 – 8º andar – Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30130-170, no horário de 09h00min às 17h00min, no prazo de até 03 (três) dias úteis da convocação do(a) Agente de Contratação, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À

Superintendência de Limpeza Urbana

DPSU – Departamento de Suprimentos

AT. Agente de Contratação

Licitação: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.001/2025

Objeto Resumido: execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas circunscrições administrativas do município de Belo Horizonte

Licitante: (preencher com a razão social da Licitante)

CNPJ: (preencher com N.º do CNPJ da Licitante)

Endereço: (preencher com o endereço da Licitante)

Telefone: (preencher com o telefone da Licitante)

E-mail: (preencher com o e-mail da Licitante)

- 16.4.** A verificação pelo(a) Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

- 16.5.** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 16.5.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas Licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 16.5.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 16.6.** Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 16.7.** Na hipótese de a Licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente **Edital**.
- 16.8.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da Licitante cuja proposta atenda ao **Edital** de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o **subitem anterior**.
- 16.9.** Comprovada a regularidade da habilitação, a Licitante será reputada habilitada e será declarada vencedora.

17. DOS RECURSOS

- 17.1.** Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.
- 17.2.** A Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento de **Proposta** ou de **Habilitação** deverá manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, por meio do sistema, no prazo assinalado pelo(a) Agente de Contratação, que não será inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão.
- 17.3.** A Licitante terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para interpor recurso, contados da data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação da Licitante declarada vencedora.
- 17.4.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso via Sistema Compras.gov.br.
- 17.5.** É assegurada às Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 17.5.1.** Serão desconsiderados pelo(a) Agente de Contratação os recursos interpostos fora do Portal de compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras.
- 17.5.2.** Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, a Licitante poderá solicitar no “chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.6. O recurso será dirigido ao(à) Agente de Contratação, que, se não reconsiderar a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual proferirá decisão.
- 17.7. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.8. O recurso interposto em desacordo com as condições deste **Edital** e seus Anexos não será conhecido.

18. ENCERRAMENTO

- 18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá:
- 18.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 18.1.2. Revogar a Licitação, em razão de interesse público decorrente de fato superveniente;
- 18.1.3. anular, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso;
- 18.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA FASE LICITATÓRIA

- 19.1. Sem prejuízo da aplicação das regras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 18.096/2022, comete infração administrativa passível de sanção a Licitante que:
- 19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.2. não manter a Proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- 19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 19.1.5. fraudar a licitação;
- 19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- 19.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às Licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções:

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

19.2.1. Multas nos seguintes percentuais:

19.2.1.1. Multa de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação à Licitante ou Contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a. tumultuar a sessão pública da licitação;
- b. propor recursos manifestamente protelatórios;
- c. deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

19.2.1.2. Multa de 3% (três por cento) do valor estimado da contratação para as infrações previstas nos **subitens 19.1.1 e 19.1.2** do **subitem 19.1**;

19.2.1.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação para as infrações previstas no **subitem 19.1.3** do **subitem 19.1**;

19.2.1.4. Multa de 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação para as infrações previstas nos **subitens 19.1.4 a 19.1.8** do **subitem 19.1**;

19.2.2. Impedimento de licitar e contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas nos **subitens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3** relacionadas no **subitem 19.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Belo Horizonte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 17 do Decreto Municipal nº 18.096/2022;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas nos **subitens 19.1.4 ao 19.1.8** relacionadas no **subitem 19.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 19.1.1 ao 19.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, nos moldes do art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 20 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

19.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos **subitens 19.2.2 e 19.2.3** deste **Edital**.

19.4. A instauração do processo administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de sanções será processada de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 18.096/2022.

19.5. Caberá recurso em face da decisão de aplicação das sanções de multa e de impedimento

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

de licitar e contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da publicação da decisão condenatória no DOM.

- 19.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 19.7.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação da decisão condenatória no DOM.
- 19.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 19.9.** A aplicação das sanções previstas neste **Edital** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. DOS PRAZOS

- 20.1.** O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da data definida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto contratual, podendo ser prorrogado **até a vigência máxima de 10 anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço continuado.

20.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.

21. DO CADASTRO

- 21.1.** As Licitantes vencedoras do certame deverão providenciar seu cadastro no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas na habilitação, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.
- 21.2.** É de exclusiva responsabilidade da adjudicatária providenciar a atualização ou o cadastramento junto ao SUCAF, caso ainda não se encontre cadastrada, nos termos do Decreto Municipal 11.245/2003. Quaisquer outros esclarecimentos podem ser obtidos por meio do site prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf, pelo e-mail: sucaf@pbh.gov.br ou pelo telefone (31) 3277-8186.

22. DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, GARANTIA À EXECUÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 22.1.** Homologada a Licitação, a Licitante à qual couber a adjudicação dos serviços licitados será convocado para, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da convocação:
- 22.1.1.** apresentar cadastro atualizado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores –

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

SUCAF, sob pena de decair do direito de contratar com o Município;

- 22.1.2. apresentar **declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço na contratação não incorrem nas proibições de que trata o artigo 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte**, conforme modelo do **Anexo VI** deste Edital;
- 22.1.3. apresentar **declaração de que a empresa se compromete a utilizar somente produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que tenham procedência legal**, atendendo ao disposto no §4º, do art. 17, da Lei Municipal n.º 10.175/2011, conforme modelo do **Anexo VII** deste Edital;
- 22.1.4. apresentar formulário *Due Diligence*, conforme disposto no **item 24** DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE deste edital;
- 22.1.5. comprovar atendimento ao inciso III do art. 4º-B da Lei Federal nº 6.019/1974, apresentando capital social integralizado compatível com o número de empregados.
- 22.1.6. **prestar garantia à execução** do Contrato, conforme diretrizes constantes do Contrato e do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
 - 22.1.6.1. É vedado o início da execução dos serviços sem que a garantia esteja recolhida previamente à assinatura do contrato, nos termos do inciso II do art. 10 do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
 - 22.1.6.2. O instrumento de garantia contratual deverá ter prazo de vigência mínimo igual a do contrato e deverá acompanhar todas as modificações relativas à sua vigência, nos termos do art. 9º do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
 - 22.1.6.3. Nas prorrogações de vigência, o adjudicatário deverá comprovar, previamente ao início do novo período, a renovação ou substituição da garantia, preservados o percentual e as condições inicialmente pactuadas, nos termos do § 3º do art. 22 do referido decreto.
 - 22.1.6.4. A celebração de termos aditivos e as prorrogações de vigência ficam condicionadas à manutenção da garantia contratual, no mesmo percentual originalmente pactuado, calculado sobre o valor contratual vigente, nos termos do art. 22 do Decreto Municipal nº 19.552/2026. Havendo majoração do valor contratual, o contratado deverá comprovar o reforço da garantia previamente à assinatura do respectivo aditivo.
- 22.1.7. **Firmar o Contrato respectivo**, conforme minuta contida no **Anexo XIV** deste Edital.
- 22.2. Em relação à garantia à execução, a licitante terá prazo de até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia quando optar pela modalidade seguro garantia, nos termos do § 1º do art. 10 do

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

Decreto Municipal nº 19.552/2026.

- 22.2.1.** Para fins do disposto neste item, a garantia será considerada prestada a partir da data da emissão da apólice, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
- 22.2.2.** Na hipótese de apresentação de apólice de seguro-garantia, a SLU realizará consulta de autenticidade no sítio eletrônico da Susep, devendo o comprovante de verificação ser anexado ao processo, nos termos do § 3º do art. 10 do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
- 22.3. Na hipótese de a licitante adjudicatária constituir-se sob a forma de consórcio, o prazo previsto no subitem 22.1 será de até 25 (vinte e cinco) dias, contados da convocação, para:**
- 22.3.1.** constituir formalmente o consórcio, nos termos do compromisso apresentado na fase de habilitação;
- 22.3.2.** promover o devido registro do instrumento constitutivo na Junta Comercial;
- 22.3.3.** apresentar o comprovante de inscrição do consórcio no CNPJ;
- 22.3.4.** cumprir as demais exigências previstas nos **subitens** do **subitem 22.1**.
- 22.4.** Os prazos previstos nos **subitens 22.1 e 22.2 poderão ser prorrogados** mediante solicitação formal da adjudicatária, **durante seu transcurso**, devidamente justificada e aceita pela Administração.
- 22.5.** A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 22.6.** Será facultado à Superintendência de Limpeza Urbana, quando a Licitante adjudicatária não cumprir as condições deste **Edital** e seus anexos, não apresentar a garantia de execução do Contrato, não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas:
- 22.6.1.** convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de vantajosidade das Propostas apresentadas, para a celebração do Contrato nas mesmas condições ofertadas pela Licitante vencedora.
- 22.6.2.** Na hipótese de nenhuma das Licitantes aceitar a contratação nos termos do **subitem 22.6.1**, a Superintendência de Limpeza Urbana, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital**, poderá:
- 22.6.2.1.** convocar as Licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 22.6.2.2.** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas Licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 22.7.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas pela Superintendência de Limpeza Urbana caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às sanções previstas em Lei e neste **Edital**, exceto se a recusa for de Licitante remanescente convocada na forma do **subitem 22.6.2.1**.
- 22.8.** Se a recusa em prestar garantia à execução ou em assinar o Contrato for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da **Proposta**, a autoridade competente para a contratação poderá, por ato devidamente fundamentado, presentes o interesse público e a conveniência administrativa, deixar de aplicar as penalidades previstas, bem como aplicar prazo diferenciado.
- 22.9.** A garantia oferecida poderá ser substituída por outra modalidade, nas hipóteses previstas no art. 21 do Decreto Municipal nº 19.552/2026, mediante autorização da SLU.
- 22.10.** A garantia prestada poderá ser executada pela SLU mediante prévia instauração e conclusão de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 24 do Decreto Municipal nº 19.552/2026.
- 22.11.** A garantia contratual será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou sua extinção por culpa exclusiva da SLU, mediante solicitação do contratado, desde que não haja pendências financeiras ou técnicas diretamente decorrentes do objeto contratual, nos termos do art. 26 do Decreto Municipal nº 19.552/2026.

23. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 23.1.** Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.
- 23.2.** O Município exige que as licitantes/contratadas, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 23.2.1. “prática corrupta”** significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
- 23.2.2. “prática fraudulenta”** significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;
- 23.2.3. “prática conspiratória”** significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;
- 23.2.4. “prática coercitiva”** significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

23.2.5. “prática obstrutiva” significa:

23.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

23.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

23.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que a Licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

23.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

24. DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

24.1. A CONTRATADA deverá se submeter a avaliação de integridade para fins de assinatura do Contrato ou antes da celebração de aditamentos contratuais nos termos previstos na Lei Municipal n.º 11.557/2023 e Decreto Municipal n.º 18.609/2024.

24.2. Objetivando afirmar a aderência da CONTRATADA aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

24.2.1. A CONTRATADA se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto nº 18.337/2023.

24.2.2. A CONTRATADA se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.

24.2.3. A CONTRATADA fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

- 24.2.4.** A CONTRATADA deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratados e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.
- 24.2.5.** O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.2.6.** A CONTRATADA fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:
- 24.2.6.1.** antes da assinatura do contrato e/ou da celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 11.557/2023;
- 24.2.6.2.** a qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.
- 24.2.7.** A avaliação de integridade será realizada mediante preenchimento do formulário de *Due Diligence* pela CONTRATADA, nos termos do disponibilizado no “link” https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf3XefoxSXHUkDc_SAuhYa2obuzfsWwVrZ-81szXUc_a5KXnQ/viewform, cujo resultado gerará o Relatório de Avaliação de Integridade – RAI – pelo órgão ou entidade responsável pela contratação e observará informações relativas ao perfil da empresa, de sócios e de administradores, relacionamento com agentes públicos e terceiros, reputação e histórico de envolvimento em casos de desvios éticos, fraude e corrupção, assim como a adoção pela empresa de práticas de prevenção e combate à fraude e à corrupção, como programa de integridade, código de ética e outras, de modo a determinar o Grau de Risco à Integridade - GRI - da CONTRATADA.
- 24.2.8.** A CONTRATADA deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de *Due Diligence*.
- 24.2.9.** Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
- 24.3.** A avaliação de integridade terá validade de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de liberação do Relatório de Avaliação de Integridade - RAI, salvo nas situações de GRI alto, quando a validade será de 12 (doze) meses.

25. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

- 25.1.** A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

- 25.2.** A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- 25.3.** A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 25.4.** A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 25.5.** A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 25.5.1.** A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.
- 25.6.** A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- 25.6.1.** À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 25.6.1.1.** A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- 25.7.** A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 25.7.1.** A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- 25.7.2.** A Contratada que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

- 25.8.** A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 25.9.** O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.
- 25.10.** O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais. O contrato oferece maior detalhamento sobre proteção e transmissão de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1.** Todas as referências de tempo citadas neste **Edital** e seus Anexos, no **Aviso da Licitação** e durante a(s) **Sessão(ões) Pública(s)** observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília/DF**.
- 26.2.** A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste **Edital** e seus Anexos, pois a simples apresentação da **Proposta** submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 26.3.** No caso de eventual divergência entre este **Edital** e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 26.4.** A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.
- 26.5.** O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação da Licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, conforme previsão do art. 12, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 26.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 26.7.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.8.** A contratada fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
- 26.9.** Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este **Edital** ou o Contrato vinculado a esta licitação, fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, com exclusão de qualquer outro.

Belo Horizonte, na data da última assinatura.

Breno Serôa da Motta

Superintendente de Limpeza Urbana

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Edital



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao

Agente de Contratação da Superintendência de Limpeza Urbana

REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SLU Nº 90.001/2025

Para efeito de julgamento e, de acordo com a cotação de preços unitários aplicados às quantidades estimadas na “**Planilha de Orçamento**” anexa, propomos a prestação completa dos serviços licitados pelo valor global de R\$ _____ (_____).

_____ (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)

CNPJ: Endereço: Telefone: Endereço eletrônico:

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA FATOS IMPEDITIVOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, para fins do disposto no **Edital de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SLU Nº 90.001/2025**, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- a) está ciente das condições contidas no Edital em referência e em seus anexos;
- b) cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido Edital para participação neste processo licitatório;
- c) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) até a presente data inexistem fatos impeditivos para a participação da pessoa jurídica acima identificada neste processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____(endereço completo)_____, para fins do disposto no **Edital de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SLU Nº 90.001/2025**, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a Proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante desta Licitação, potencial, ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a Proposta elaborada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não desta licitação;
- d) que o conteúdo da Proposta apresentada para participar desta Licitação, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação de seu objeto;
- e) que o conteúdo da Proposta apresentada para participar desta Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da **Superintendência de Limpeza Urbana**, antes da abertura oficial da sessão;
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____(Local)_____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE
TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DAS
OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO**

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, para fins do disposto no inciso VI, do art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no **Edital de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SLU Nº 90.001/2025**, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, **que tomou conhecimento de todas as informações, condições e peculiaridades para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**

_____, (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO

AO ARTIGO 49-B, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, para fins do disposto no art. 49-B, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte e no **Edital de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SLU Nº 90.001/2025**, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, **que não prestarão serviços a órgãos e entidades do Município, trabalhadores declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:**

- a) **representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;**
- b) **condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público;**

estando ciente da obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação dos referidos trabalhadores.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Edital



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO

AO ARTIGO 17, §4º, DA LEI MUNICIPAL N.º 10.175/2011

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa do Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____(endereço completo)_____, para fins do disposto no § 4º, do artigo 17, da Lei Municipal n.º 10.175/2011 e no **Edital de Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SLU N.º 90.001/2025**, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, **que se compromete a especificar / utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal.**

_____(Local)_____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS
E EQUIPE TÉCNICA**

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____(endereço completo)_____, declara, sob as penas da lei, que disponibilizará os veículos, equipamentos e equipe técnica relacionados do Projeto Básico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato ,no prazo estipulado no Edital e seus anexos.

Observação: É vedada a subcontratação das parcelas principais do objeto contratado, dentre elas, a coleta e o transporte de resíduos.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR

(Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, declara sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

☐

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara ainda, sob as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Edital



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADOS

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da Licitante), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____(endereço completo)_____, declaro, sob as penas da lei, que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE AS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, declaro, sob as penas da lei, que a proposta de preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega de entrega das propostas, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Edital



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE O PREÇO DOS ITENS COMPREENDE TODAS AS DESPESAS

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da Licitante), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____(endereço completo)_____, declaro, sob as penas da lei, que no preço que compõem o objeto, estão incluídas todas despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços.

_____ (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

(Identificação completa do representante do Licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da Licitante)**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada em _____(endereço completo)_____, declaro, sob as penas da lei, será implantado o Programa de Integridade no prazo de 6 (seis) meses, caso o valor acumulado do contrato venha a superar o patamar de grande vulto, previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;

_____ (Local) _____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Representante Legal)

(Identificação da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Edital



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares e comuns em unidades de saúde, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO XIV
MINUTA DO CONTRATO